

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 23 n. 2
Julho/Dezembro 2013
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 2	p. 321-624	Jul/Dez 2013
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

A CUT (1983-1988) como mediação particular na construção da consciência de classe

Alexandre Aranha Arbia

RESUMO

A crise que se instaura no sindicalismo na última quadra do século passado (e no Brasil em 1990) coloca como questão o real papel dos sindicatos no processo da consciência de classe. Contra modismos teóricos que põem em xeque a condição do proletariado de superar o sociometabolismo vigente, este artigo pretende demonstrar, a partir da explicitação da essência do sindicalismo, seu papel no processo de consciência de classe. Buscando suas determinações essenciais fundamentais, argumentar-se-á que a natureza do sindicalismo encontra-se na *particularidade*, possibilitando aos trabalhadores singulares o primeiro e indispensável acesso às determinações universais da ordem burguesa. E, se em determinados períodos, o sindicalismo é dominado por certa consciência contingente, em outros revela sua plena potencialidade no processo de construção *em-si* e *para-si* da classe. Como claro exemplo deste segundo aspecto, encontramos a Central Única dos Trabalhadores nos idos de 1983 a 1988 – período em que se comportou como verdadeiro catalisador da consciência de classe no cenário nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Sindicalismo.
Classe e consciência de classe.
Universalidade/particularidade/singularidade.
Central Única dos Trabalhadores.

Recebido em 05/01/14.

Aprovado em 22/07/14.

CUT (1983-1988) as a particular mediation in the process of class consciousness

The crisis established in unionism in the last block of the last century (and in Brazil in the 1990's) poses as question the real role of trade unions in the process of class consciousness. Against theoretical fads that call into question the condition of the proletariat to overcome the current social metabolism, this article argues, from the explanation of the essence of unionism, its role in the process of class consciousness. Seeking their basic essential determinations, we argue that the nature of unionism lies in its particularity, allowing singular workers to have the first and indispensable access to essential determinations of the bourgeois order. And if, in certain periods, the unionism fall dominated by certain contingent awareness, in others it reveals its full potential in the construction process in-itself and for-itself of the class. As a clear example of this second aspect, we find the Central Única dos Trabalhadores in 1983-1988 - in which period behaved as a true catalyst of class-consciousness on the national scene.

KEYWORDS Unionism. Class and class-consciousness. Universality/particularity/singularity. Central Única dos Trabalhadores.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 2	p. 465 - 489	Jul/Dez 2013
------------------------	----------------	-------	------	--------------	--------------

A reorganização mundial do capital coloca questões que repõem, em patamares mais agudos, a produção/reprodução do estranhamento, o empobrecimento da classe trabalhadora¹, o fetichismo do capital enquanto sujeito histórico único e a possibilidade de alternativas ao metabolismo social vigente. Nesta crise, que se instaura ainda como crise de independência ideológica do proletariado, vemos erodir as mediações organizativas dos trabalhadores – organizações que cumprem uma dupla função, reflexiva e inseparável: organizar a luta objetiva, em prol da superação da ordem burguesa, e possibilitar a ascensão subjetiva dos trabalhadores, ou seja, possibilitar o alcance da compreensão de sua posição estrutural e missão histórica. Está claro, portanto, que a crise das mediações de luta do proletariado expressa também uma crise no próprio processo de consciência deste mesmo proletariado.

Neste espírito, superar a crise no processo da consciência de classe do proletariado implica superar a crise instaurada nas mediações objetivas que armam os trabalhadores na luta contra o capital. Não seria possível num trabalho como esse, dar conta da totalidade dessas formas. Interessa-nos especificamente a crise que se instaura no sindicalismo – estaria essa mediação definitivamente superada no processo de constituição *em-si* e *para-si* do proletariado.

Classe e consciência de classe

O que faz uma classe? O que torna um indivíduo membro de uma classe? Na tradição marxista, parece consensual que uma classe é definida

1 “(...) segundo o pensamento de Marx, a partir dos primeiros escritos de *O capital*, os aspectos material e espírito-intelectual estão sempre associados, e a condição do trabalhador é descrita como em contínua deterioração, a *despeito* das melhorias materiais (*‘seja seu salário alto ou baixo’*), precisamente por causa da inseparabilidade de ambos os aspectos.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 63 – itálicos do original)

prioritariamente pelo lugar na produção (LUKÁCS, 1989, p. 59; ARON, 2008, p. 628). Ou mais precisamente:

Chamam-se classes vastos grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam dentro de um sistema historicamente definido de produção social, por sua relação (na maior parte do tempo fixada e estabelecida por leis) frente aos meios de produção, por seu papel na organização social do trabalho, ou seja, pelos meios de obtenção e pela parcela de riquezas sociais de que dispõem. As classes são grupos de homens em que um pode se apropriar do trabalho do outro, dado o lugar diferente que ocupam em uma determinada estrutura da economia social. (Lênin, *apud* ARON, *ibid.*, p. 635)

Mas isto não é tudo. Se “a posição em relação à propriedade privada dos meios de produção” é exatamente o fator preponderante que nos leva a definição de classe, ele não é o único². Mészáros (2008, p. 55-61) adverte que o “ser” de uma classe deve ser apreendido a partir de uma síntese abrangente de todos os fatores atuantes numa dada sociedade, e que sobrepor a inserção na produção como simples determinismo econômico a outros fatores é um grave equívoco. A constituição do ser da classe envolve o conjunto das relações sociais nos quais os indivíduos, membros dessa classe, se inserem. Uma correta teoria das classes não pode tomar pro-

2 Basta que observemos a célebre passagem d’O *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* para percebermos novas nuances: “Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. (...) Cada família camponesa é quase auto-suficiente (...). Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles, outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira porque batatas em um saco constituem um saco de batatas. *Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados.*” (MARX, 1988, p. 74-5 – itálicos nossos). Se ocupar um determinado lugar na produção coloca os pequenos camponeses na condição de classe, por outro lado, a ausência de interesses comuns que os liguem numa “comunidade” ou “organização política” termina por não lhes conferir tal condição.

dução e reprodução de forma estanque ou a partir de uma determinação unilateral: precisa apreender que as relações estabelecidas no âmbito da reprodução entrelaçam-se às relações sociais de produção, num processo de mútua determinação. Os movimentos superestruturais tornam-se também decisivos na constituição e no desenvolvimento das classes. A articulação orgânica entre produção e reprodução revela que as relações de produção nada mais são que relações sociais entre os homens, imersas na totalidade de relações do ser social, multilateralmente determinando e sendo determinadas. Afastado o esquematismo mecânico, não incorreremos no risco de hipostasiar a consciência de classe como mero subproduto do desenvolvimento econômico capitalista (MÉSZÁROS, *ibid.*, p. 56)³.

Colocada numa dada situação em que um vasto grupo de homens e/ou famílias se insere em um determinado lugar da produção e partilham um mesmo *modus vivendi*, temos que este grupo forma uma classe. Mas não uma classe em seu sentido pleno. Como coloca Aron (*op. cit.*, p. 456), “uma classe social, no sentido marxista do termo, supõe a conjunção de uma *situação* e de um *projeto*” (itálicos nossos). A condição de idêntica situação coloca a classe no estado *em-si*.

Marx recolhe as distinções hegelianas de *em-si* e *para-si* para definir o processo de desenvolvimento de uma classe. Em Hegel (INWOOD, 1997, p. 109-12), a definição do *em-si* (*an sich*) indica algo ainda não realizado, com caráter potencial, que só será concretizado nas relações exteriores.

3 Cf. Mézáros (*ibid.*, p. 57): “O mesmo ocorre com a consciência, em todas as suas formas e manifestações, que têm uma estrutura própria *relativamente* autônoma, determinando, assim, de forma recíproca, as estruturas econômica das sociedades, ao mesmo tempo em que são também determinadas pela última.” (itálicos do original). O que não significa, por outro lado, a inexistência de um “momento preponderante” (*übergreifende Moment*) – e Mézáros não incorreria neste deslize. A questão é colocada decisivamente por Chasin (2009) ao tratar da “resolução metodológica” marxiana: “Todavia, essa reciprocidade ativa entre momentos não é uma homogeneização das determinações; moventes e movidos, não por isso, dissolvem suas diferenças, nem mesmo por suas mutações, e também não é desmanchado o gradiente das relevâncias” (CHASIN, 2009, p. 133), “Em termos bem sintéticos, o *momento preponderante* tem por identidade a condição de elo tônico do complexo articulado das abstrações razoáveis, ou seja, é o outro nome da *categoria estruturante* do todo concreto, e por isso também da totalidade ideal, *uma abstração razoável que se destaca, sobredeterminando as demais com seu peso ordenador específico*. (*Ibid.*, p. 135 – itálicos do original e nossos). De nosso entendimento, o lugar ocupado na produção, portanto, aparece como *momento preponderante na teoria das classes*.

Contudo, há uma potencialidade, ou seja, pode-se reconhecer na forma em-si o desdobramento que aquela potencialidade atingirá. No caso que estamos tratando, a constituição de uma classe dependerá da forma como ela se desenvolverá em relação às demais classes, em sua imersão histórica na totalidade social. O ser de uma classe envolve suas próprias condições objetivas para si mesma e suas condições objetivas para outras classes no conjunto das relações sociais. E Inwood (ibid., p. 111) esclarece ainda que “(...) se uma pessoa tem uma característica da qual não está consciente, a característica não está plenamente desenvolvida ou realizada. (...) Por conseguinte, *an sich* e *für sich* passam a significar ‘potencial’ e ‘real’ (...)”. A compreensão do *em-si* e do *para-si* em sua matriz hegeliana, a partir dessa passagem, parece-nos conclusiva quanto ao decisivo papel da subjetividade no devir histórico⁴, descartando em definitivo qualquer possibilidade de simples determinismo econômico.

Neste processo, os interesses imediatos dos indivíduos podem se opor aos interesses mais gerais da classe em que se inserem. A vivência de uma realidade cotidiana *imediate*, *superficial* e *heterogênea* tende a conectar os indivíduos à positividade fragmentada da ordem burguesa. A instauração do *bellum omnium contra omnes* revela-se então como a camada mais superficial e imediata de uma vida objetiva alienada pela estruturação da sociedade em classes, e pela subordinação objetiva do indivíduo às condições de sua classe.

Os indivíduos não nascem soltos no tempo e no espaço: nascem inseridos em “relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade” (MARX, 2008, p. 47), relações sociais de produção que não escolheram e que determinam a forma como experimentam e desenvolvem sua própria atividade no mundo – são relações de classe, que têm por cerne a alienação do trabalho na constituição do ser social⁵.

4 Como coloca Lukács (2004b, p. 37): “(...) Marx concebía la conciencia como un producto tardío de la evolución ontológica material. (...) *el producto tardío no tiene que ser nunca um elemento de escasa importância ontológica*. El hecho de que la conciencia reproduzca la realidad y, sobre esa base, haga posible la elaboración modificadora de esta, implica, desde la perspectiva del ser, um poder concreto, y no uma debilidad (...)” (itálicos nossos).

5 Ou ainda, mais incisivamente: “A classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, *seu desenvolvimento pessoal*;

As dimensões dinâmicas e urgentes da vida cotidiana reclamam por respostas que no mais das vezes não requerem o entendimento das determinações essenciais dos fenômenos. Em outras palavras, em suas ações cotidianas, os indivíduos clamam por respostas *práticas imediatas*. Ora, basta, portanto, que a ação seja eficaz do ponto de vista individual para que ela cumpra seu objetivo para este ou aquele indivíduo concreto. A multiplicidade de formas e valores, presos à cotidianidade e ao resultado imediato, admite um amálgama de concepções que, mesmo sendo contraditórias entre si, permitem a objetivação do resultado *prático* esperado. Estamos no campo de florescimento do senso comum, lugar da formação da visão de mundo “desagregada e ocasional”, “‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente” (Gramsci, *apud* IASI, 2006, p. 204).

A constituição dos interesses da classe que precisa colocar seu projeto de maneira autoconsciente exige processos de totalização, que rompam com a imediatidade cotidiana e alcancem as determinações mais profundas das formas, revelando a essência que esclarece seus desenvolvimentos. Isso exige a formação de uma consciência de novo tipo: o estabelecimento de uma compreensão ulterior, que clarifique as determinações mais gerais e profundas do metabolismo social e as mediações que totalizam e singularizam a vida social em seus níveis genérico e individual. Compreender a teia de relações e interesses nos quais se insere, requer do indivíduo romper a mônada da inserção social encapsulada e reconhecer que mesmo seus interesses mais imediatos podem estar ligados a interesses mais amplos – o interesse de grupos sociais. Mas aqui é preciso cuidado para não cometer generalizações: como adverte Mészáros (2008, p. 70-1), mesmo a “(...) ação de grupo, desprovida de objetivos estrategicamente significativos, pode apenas fortalecer a ‘consciência de grupo’ – ou a ‘consciência tradeunionista’ – apoiada nos interesses *parciais* de um grupo limitado de trabalhadores” (itálicos do original e nossos).

Portanto, o rompimento da cápsula individual na ascensão da consciência pode encontrar, como primeiro movimento de ascensão, a consciência

são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho.” (Marx apud MÉSZÁROS, 2008, p. 75 – itálicos do original).

de grupo que, em si mesma, nada diz sobre a dimensão mais geral da constituição *em-si* e *para-si* do proletariado. Este limiar da consciência, adstrito ainda a uma concepção tradeunionista, revela-se, em verdade, bem mais próximo da consciência individual que da constituição *para-si* de uma classe: *uma potenciação coletiva da visão de mundo individual*. Como adverte Lukács (1989, p. 88), “(...) a consciência de classe não é a consciência psicológica⁶ de proletários individuais ou a consciência psicológica (de massa) do seu conjunto (...) *mas o sentido tornado consciente, da situação histórica da classe*” (itálicos do original). Não é a simples consciência gregária dos interesses economicistas mais imediatos que caracteriza a consciência de classe *necessária* do proletariado⁷.

O processo de constituição *em-si* e *para-si* do proletariado requer sua capacidade objetiva de “estabelecer uma alternativa histórica viável à sua própria subordinação estrutural” extinguindo toda e qualquer subordinação entre classes, entre classes e subclasses e entre indivíduos e classes – “o estabelecimento de uma unidade não contraditória entre a parte e o todo: o indivíduo social automediado” (MÉSZÁROS, *ibid.*, p. 79). Das mediações indispensáveis a tal conformação trataremos a seguir. Por razões de espaço, não poderemos nos debruçar sobre a questão do partido revolucionário. Precisaremos focalizar o sindicalismo e ressaltar seu caráter indispensável como mediação que rompe a existência singular cotidiana, estabelecendo os trabalhadores num patamar ulterior. O sindicalismo coloca-se como mediação indispensável na constituição *em-si* e *para-si* do proletariado. Seus limites e possibilidades é o que tentaremos esclarecer a seguir.

6 “(...) a famosa distinção de Lukács entre a consciência de classe ‘atribuída’ ou ‘imputada’ e a consciência ‘psicológica’ tem sua origem na ideia marxiana que opõe consciência de classe verdadeira ou necessária – *‘atribuída ao proletariado’ em virtude de ele ser ‘consciente de sua tarefa histórica’* (...) – à contingência do ‘que este ou aquele proletário, ou mesmo todo o proletariado, no momento, considera como sua meta.’” (MÉSZÁROS, 2008, p. 64 – itálicos do original)

7 “O proletariado como mera ‘soma total’ de seus membros individuais (...), em qualquer tempo determinado, é uma contingência sociológica, com objetivos específicos, poderes e instrumentos mais ou menos limitados para sua realização. O mesmo proletariado, entretanto, é simultaneamente, também (...) uma parte constituinte do antagonismo estrutural irreconciliável da sociedade capitalista.” (MÉSZÁROS, *ibid.*, p. 71)

Singularidade, particularidade, universalidade – mediação e cotidiano

A vida cotidiana é sentida pelo homem *singular* em seu processo empírico e em suas demandas rotineiras. A urgência de respostas práticas à pluralidade de situações requer um comportamento eficaz, capaz de garantir-lhe a sobrevivência psicofísica imediata. O comportamento cotidiano, tomado de automatismos, possui três determinações fundamentais: a *heterogeneidade*, a *imediatidade* e a *superficialidade extensiva*. (NETTO, 1987, p. 67).

A vida cotidiana guarda em seu conjunto de atividades um universo múltiplo e variegado de objetivações sociais. Seu caráter multifacetado exige uma miríade de respostas para inúmeras indagações. As questões se apresentam de maneira mais ou menos imediata, demandando respostas práticas urgentes e ativas, a fim de proporcionarem ao indivíduo sua realização vital – o pragmatismo e o materialismo espontâneo adquirem caráter determinante. A pluralidade das situações e a urgência das demandas reclama um rápido processamento da ação, que não permite, em último caso e no mais das vezes, uma análise rigorosa, criteriosa e crítica.

A cotidianidade é momento ineliminável da vida social e nenhuma existência individual (*singular*) pode cancelá-la. A cotidianidade é o espaço da *singularidade*. Para Lukács (1967, p. 203):

Es obvio que en nuestras relaciones directas con la realidad tropezaremos siempre directamente con la singularidad. Parece incluso – con apariencia nada injustificada – que de modo inmediato no nos enfrentamos más que con la singularidad. Pues todo lo que nos ofrece el mundo externo como certeza sensible es inmediatamente y siempre algo singular, o una conexión única de singularidades; és siempre un Esto singular, un Aquí y Ahora singular.

A forma de experimentação mais comum e perene da existência é a singularidade, mas a singularidade não é, jamais, a única e final dimensão da existência – a ela se opõe a *universalidade*⁸ – referida à dimensão *humano-genérica*, onde os homens singulares participam como membros da espécie humana. A dimensão humano-genérica plasma o conjunto das objetivações humanas, acumuladas historicamente. O alcance da dimensão

8 Chasin oferece uma análise crítica da construção lukacsiana apresentada em *Sobre a Particularidade como Categoria Estética* (LUKÁCS, 1970). Cf. Chasin (2009, p. 139 e ss).

humano-genérica possibilita a experimentação da autêntica humanização e o estabelecimento de outro tipo de consciência, enriquecido pelo desenvolvimento categorial do ser social.

Entre a imediatidade do singular e a historicidade do gênero, encontramos a mediação da *particularidade*, que não se apresenta apenas como um mero intermédio entre dois extremos; ao contrário, revela-se um campo onde se superam e conservam elementos da singularidade e da universalidade, podendo, até mesmo, transformar-se numa nova forma de um ou de outro:

[...] la esencia específica de la particularidad aparece más precisamente que hasta ahora: mientras que la generalidad y la singularidad se concentran cada una en su punto final, la particularidad es una tierra central, un campo de mediaciones entre aquéllas, cuyos límites en ambas direcciones son siempre imprecisos y a veces se hacen imperceptibles. (LUKÁCS, *ibid.*, p. 211-2)

A ontologia marxiana reestabelece, em definitivo, o real lugar de *singularidade, particularidade e universalidade, como autênticas determinações do real, mais que como meras “estruturas lógicas”*. A particularidade revela-se como estágio ulterior à singularidade e anterior à universalidade. O caráter mediador confere-lhe uma condição central, na qual se realizam as instâncias diametralmente opostas – trata-se de um *ponto médio* (LUKÁCS, *ibid.*, p. 212) entre extremos.

Conforme Netto (*op. cit.*, p. 69), na particularidade ocorre a *suspensão* da heterogeneidade da vida cotidiana, momento em que o indivíduo empenha-se, como *inteiramente homem*, num projeto transcendente à sua singularidade, numa objetivação na qual se reconhece como portador da consciência humano-genérica. A particularidade, em seu caráter volátil (e objetivo), como *um campo*, um *âmbito de jogo* (LUKÁCS, 1967, p. 230) revela então sua peculiaridade: a fluidez do universal ao singular, e vice-versa.

9 “Por certo, todas essas categorias têm no materialismo dialético uma fisionomia inteiramente diversa da que têm no idealismo. Não apenas porque nele todos os conceitos e processos mentais têm seu ponto de partida na realidade objetiva independente da consciência, na natureza e na sociedade, mas também – consequentemente – pela substância lógica. A universalidade, sobretudo, não é jamais um ponto de chegada autônomo do pensamento. Marx (...) fala de dois caminhos que o conhecimento humano deve percorrer: isto é, da realidade concreta dos fenômenos singulares às mais altas abstrações, e destas, novamente à realidade concreta.” (LUKÁCS, 1970, p. 95)

A natureza do sindicalismo encontra-se na particularidade, enquanto mediação necessária à construção da consciência de classe, permitindo a passagem da consciência gregária elementar (*tradeunionista*), presente no âmbito da produção, ao projeto ético-político em sua forma mais acabada como um projeto societário, articulado pelo partido revolucionário¹⁰. O sindicalismo, enquanto particularidade, possibilita a passagem da singularidade (a cotidianidade do operário, a constituição de sua identidade no processo produtivo pelo reconhecimento das semelhanças das condições laborais objetivas) à universalidade (o ascenso à consciência de classe ampliada, o reconhecimento da ordem do capital como negação do pleno desenvolvimento do gênero humano, o alcance das esferas éticas mais elevadas e a necessidade de empenhar-se numa luta contra todas as personificações do capital e implantar o socialismo). O momento *particular* campeia entre os dois limites. Por esta razão, no interior do movimento sindical, encontramos desde as concepções mais atrasadas e reacionárias, passando pelo economicismo puro e simples, até as concepções mais progressistas (revolucionárias). Uma vez que condensa os trabalhadores em grande nú-

10 Estamos plenamente conscientes da polêmica desta afirmação. Para Chasin, (2000a), a questão do partido não passaria de uma tergiversação do marxismo vulgar. Por outro lado, como afirma Braz (2011, p. 17), “(...) *todos os processos revolucionários que resultaram num derrubamento do poder de classe da burguesia e na constituição de algum tipo de Estado proletário tiveram o partido como protagonista político (...)*”. De nossa parte, caberia ainda argumentar: por que o partido, como expressão de uma classe particular, não se constitui ainda como mera particularidade? A resposta poderia ser afirmativa: uma particularidade termina sempre superada por outra de ordem superior, como acabamos de ver, que se converte numa nova particularidade, etc., etc., como complexos de complexos que se integram e interagem. Mas, no caso do proletariado, essa resposta adquire outros matizes. É em sua constituição *em-si e para-si* (em sua plena maturação como classe) que o proletariado herda as aspirações éticas mais elevadas do ser social. Fosse o proletariado mais um estamento, a constituição do partido configurar-se-ia, tão somente, como a constituição de uma particularidade ulterior, mais elevada, capaz de realizar em âmbito macrossocietário os interesses particulares de uma classe específica. Ora, mas o proletariado é a classe que resume em si “(...) as condições de vida da sociedade de hoje, agudizadas de modo mais desumano (...)” (Marx, apud MÉSZÁROS, 2008, p. 62); que, ao realizar-se, deve necessariamente abolir todas as classes e a si mesma. Portanto, a constituição do proletariado enquanto *classe em-si e para-si*, ou seja, o alcance da consciência de seu autêntico projeto de classe, conforma-se exatamente como a abolição de todos os particularismos (e mazelas) de classe. E, se Braz (ibid.) tem razão, o partido tem se colocado historicamente como a mediação indispensável à realização do projeto societário do proletariado; projeto que, pelo exposto, encerra uma dimensão digna da totalidade.

mero, os sindicatos guardam em si desde as preocupações economistas e corporativas à ampla compreensão da extensão da luta de classes por todo o tecido social.

Não incorremos no espontaneísmo de afirmar que o sindicalismo seria o responsável pela instauração revolucionária do socialismo. Nossa análise caminha noutra direção: a *ação coletiva* (típica do sindicalismo enquanto forma mais elementar de luta organizada contra o jugo do capital) também propicia a suspensão do cotidiano, empurrando os homens singulares rumo à consciência genérica. Ela, obviamente, não se efetiva em plenitude no sindicalismo, mas encontra nele um importante momento de generalização.

Cabe lembrar ainda que, ocorrida a suspensão, o indivíduo singular deve retornar *necessariamente* ao cotidiano. Contudo, neste processo global, retorna modificado, consciente das realizações do gênero e de sua integração como partícipe do processo de constituição do ser social. Essa *humanização* amplia sua compreensão da vida cotidiana e as ações (ainda que automáticas e pragmáticas) contêm agora novas nuances mais elaboradas, mais humanizadas.

Sindicalismo como particularidade e práxis política.

O trabalhador, no cotidiano, encontra-se de certa forma¹¹ mudo em sua singularidade. No dia-a-dia da produção, através de um processo de generalizações bastante elementares e de identificação reflexiva, inicia um processo anímico de reconhecimento como protoforma da consciência de classe. As situações adversas vivenciadas no trabalho podem encontrar nas reflexões deste indivíduo singular várias possibilidades resolutivas, inclusive liberais. Entretanto, se se *projeta* como melhor alternativa a ação coletiva, a objetivação da ação abre caminho para que se possa *suspender* o cotidiano. A luta sindical, *como primeira expressão da luta organizada entre classes*, é momento indispensável da *práxis política*¹² do proletariado. Ultra-

11 “De certa forma”, pois sua individualidade está permeada por determinações universais humano-genéricas.

12 Nas palavras de Vázquez (1977, p. 200-1): “A política é uma atividade prática na medida em que a luta que os grupos ou classes travam está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros (instituições e organizações políticas, como são, por exemplo, os partidos), (...) o caráter prático da atividade política exige formas, meios e mé-

passadas as consciências de grupo e corporativa, vinculadas a processos aglutinativos de consciências individuais, está dado o salto para que o sindicalismo se coloque como mediação entre o singular e o universal.

Se a *práxis revolucionária* é a forma mais elevada da práxis política,

O agente principal dessa mudança é o proletariado, através de uma luta consciente, organizada e dirigida, o que pressupõe a existência de um partido que eleve sua consciência de classe e trace claramente os objetivos dessa luta, sua estratégia e sua tática, que organize as forças e as dirija. (VÁZQUEZ, 1977, p. 201-2)

O partido, no entanto, para que seja dirigente, realizando as posições de fim necessárias (corretas) à efetivação da prévia ideiação (neste caso, a transformação revolucionária da sociedade), requer seus membros tenham alcançado as determinações do gênero humano – e aqui reside o papel pedagógico principal do sindicalismo para o proletariado. Se o partido não se estabelece enquanto portador de uma consciência humano-genérica¹³, compromete-se o projeto de classe. E tal consciência não surge nas massas de salto da mais simples reivindicação tradeunionista à formulação mais acabada de um projeto societário.

Lênin (2010; 2008) reconhece nas greves, enquanto “escolas de guerra”, uma importante expressão da luta operária, porém, em si mesmas, insuficientes: é no partido que a luta de classes toma sua forma mais acabada. O papel do partido é a difusão, pelos operários de vanguarda, das ideias socialistas por todos os setores do operariado – e aqui os sindicatos têm outra importante função: servir como correias de transmissão entre o partido e a base operária.

Lênin insiste decisivamente na importância da atuação dos comunistas nos sindicatos, bem como na centralidade do movimento sindical para a educação política das massas, tomando uma dura postura contra o espontaneísmo:

todos reais, efetivos, de luta; assim, por exemplo, o proletariado em sua luta política se vale de greves, manifestações, comícios e inclusive métodos violentos.” (itálicos nossos). Referimo-nos aqui à práxis política, logo, em sentido amplo, enquanto embate fatal ampliado entre classes, e não ao caráter ordinário e procedimental conferido pelo politicismo. E, neste aspecto, é fundamental entender sindicato e partido mais como *mediação*, que como organização burocrático-institucional.

13 Leia-se: *radicalmente comprometido com a emancipação humana.*

(...) *tudo o que seja* rebaixar a ideologia socialista, *tudo o que seja* afastar-se dela, significa fortalecer a ideologia burguesa. Fala-se de espontaneidade. No entanto, o desenvolvimento *espontâneo* do movimento operário *marcha precisamente* para sua subordinação à ideologia burguesa, *marcha precisamente pelo caminho do programa do “Credo”*, pois o movimento operário espontâneo é o *trade-unionismo*, (...) e o *trade-unionismo* implica exatamente na escravidão ideológica dos operários pela burguesia. Por isso, a nossa tarefa, a tarefa da social-democracia, consiste em *combater a espontaneidade*, em fazer com que o movimento operário abandone essa tendência espontânea do *trade-unionismo* a se abrigar sob a asa da burguesia, e atraí-lo para a social-democracia revolucionária. (id., 2010, p. 101 – itálicos do original)

Os sindicatos guardam o que há de orgânico na organização operária. Suas ações levam a autopedagogia dos trabalhadores, que se educam *na* e *para* a luta, compreendem suas próprias forças, elaboram estratégias e se apercebem da amplitude e das determinações totalizantes da luta de classes. Ao mesmo tempo, por suas próprias características massivas, representam também setores atrasados do proletariado¹⁴. Colocam-se entre o partido e as massas, entre um projeto societário e as reivindicações econômicas mais elementares – ou, se quisermos, entre a imediatidade da vida singular e a dimensão ética da vida genérica.

É evidente que enquanto objetivação social *o sindicalismo não se desenvolve teleologicamente*¹⁵, embora, em suas ações, *ponha teleologicamente*. A malha causal que conforma seu desenvolvimento pode estar dominada por processos estranhados, previamente objetivados, ou por objetivações de natureza diversa e, neste caso, não se efetiva uma generalidade superior: a vivência mantém-se presa às determinações reificadas, onde a singularida-

14 Afirma Trotsky, com precisão: “Os epígonos do sindicalismo queriam nos fazer acreditar que os sindicatos são autossuficientes. Isso, teoricamente não quer dizer nada, mas na prática significa a *dissolução da vanguarda revolucionária na retaguarda das massas, ou seja, nos sindicatos*. (...) Pretender que os sindicatos são autossuficientes porque o proletariado já alcançou sua ‘maioridade’ é adular o proletariado, afirmando-lhe ser algo que não é e nem pode ser sob o capitalismo – que mantém no atraso e na ignorância a enorme massa de operários –, permitindo somente à vanguarda a possibilidade de superar as dificuldades e chegar a uma clara compreensão das tarefas do conjunto de sua classe.” (TROTSKY, 2008, p. 211 – itálicos nossos).

15 Trata-se, como qualquer objetivação social, de uma *causalidade posta* (LUKÁCS, 2004a).

de individual adquire primazia. Este fato, porém, não retira a potencialidade do sindicalismo, pois não remove sua natureza ontológica. Enquanto mediação entre o singular e o universal, a “pedagogia” sindical é momento privilegiado (senão imprescindível, embora não único) para a *suspensão*, possibilitando uma eficaz atuação das vanguardas operárias no partido. Sem tal mediação, compromete-se a direção revolucionária deste e a tradução do projeto societário às grandes massas, cujos sindicatos possuem interlocução privilegiada. Mas a simples passagem pelo sindicalismo pode também não ensejar a formação de uma consciência humano-genérica, exatamente por comportar, em seu interior, momentos de singularidade e universalidade – ou seja, desde concepções de mundo estranhadas e invertidas quanto o mais autêntico posicionamento crítico anticapitalista. E, neste caso, ignorar ainda as opções dos sujeitos singulares seria de todo imprudente. Temos, em resumo, que o sindicalismo pode não garantir, por si mesmo, o correto acabamento no processo da consciência de classe, mas que sua posição ontológica lhe coloca a condição de fazê-lo. *O determinante acerca da efetividade se sua contribuição no processo da consciência de classe recai exatamente sobre os fatores sócio-históricos concretos. O sindicalismo estabelece-se como uma mediação particular, ou seja, seu ser encontra sua essência, quando possibilita, pela objetivação de suas práticas, a conexão entre os limites da vida singular e a extravasamento destes limites na totalização do ser social.*

Outro complicador é que, no campo da ação sindical, não se está diante de causalidades naturais – o que dá nuances ainda mais imprevisíveis à relação “sujeito-objeto”. Trata-se de legalidades de outra ordem, tipicamente concernentes ao mundo dos homens (LUKÁCS, 2004a, p. 104). Se a objetivação das prévias ideações em objetos naturais, cujas legalidades não possuem nenhum tipo de teleologia, já trazem resultados inesperados, desencadeando reações que se expandem para muito além do previamente idealizado, que dirá quando o objeto a sofrer intervenção são as ações dos homens singulares ou de grupos humanos. Agora, não se tem mais a legalidade de objetos naturais, mas a ação sobre outras vontades, outras consciências, outros “pores” teleológicos. O resultado, assim, pode apresentar-se ainda mais inesperado e as objetivações podem escapar em muito ao plano original.

Relembramos ainda que o desenvolvimento de uma consciência humano-genérica nos sindicatos não significa, *via de regra*, um direcionamento revolucionário do partido. Vale reafirmar: tais instâncias *não possuem nem*

ligação siamesa e tampouco desenvolvimento linear, de forma que o progresso de uma acarrete necessariamente o engajamento de outra: possuem, sim, uma interação dialética na melhor perspectiva de *totalidade aberta*. Do contrário, Lênin não haveria insistido na importância da atuação dos comunistas nos sindicatos. Trata-se de complexos inter-relacionados, cuja importância ontológica (no ser social submetido ao controle do capital) está assegurada para cada um, em sua especificidade.

A Central Única dos Trabalhadores como complexo particular de 1983 a 1988

Entendemos que a Central Única dos Trabalhadores, expressão máxima do *novo sindicalismo*, aproximou-se muito do exposto até aqui, *num período específico de sua existência (1983 a 1988)*, conectando parte substantiva dos trabalhadores brasileiros a uma consciência mais ampla, ultrapassando o tradeunionismo e explicitando objetivamente a necessidade de superação da ordem burguesa. Mas, por que demarcamos o período em questão?

Na *curvatura*¹⁶ teórico-ideológica operada pela CUT, que se expressa em suas construções práticas e ideais, pudemos identificar e explicitar a seguinte periodização:

(...) a partir das flexões observadas nas resoluções [dos Congressos Nacionais da CUT], apontamos três momentos decisivos na história cutista: do I ao III CONCUR (1984 a 1988) (fase da *CUT-movimento*, combativa ou socialista), do IV ao VII (1991 a 2000) (fase da disputa de projetos de governo e instalação do sindicalismo propositivo) e do VIII ao X (2003 a 2009) (etapa do reformismo social-democrata maduro, ou do “projeto-democrático-para-si”) (ARBIA, 2010, p. 111)

16 Na ocasião (ARBIA, 2010) preferimos utilizar o termo *curvatura* para dar a exata ideia plástica da conversão teórico-ideológica operada pela CUT ao longo de sua existência. Não se tratou, em seu devir, de um rompimento brusco com os ideais combativos iniciais. Ao contrário, tratou-se de um processo cumulativo de alterações semânticas e hipostasia de categorias, que culminou numa concepção teórica e ideológica bastante diversa da inicial. Para nossos objetivos, consideraremos o período de 1983 a 1988 como a fase combativa, quando as concepções encontravam-se fortemente vinculadas por vieses socialistas. Vale lembrar que, dadas as características de reflexão e ação da central neste interregno, podemos classificá-la como uma central sindical que vislumbrava, como objetivo final, a instauração do socialismo, *ainda que carecesse a construção de mediações concretas para atingi-lo*.

De sua fundação, a partir do “espírito” do *novo sindicalismo*¹⁷, ao marco de 1988, realização do III CONCUT – congresso no qual foram aprovadas as reformas estatutárias que garantiram o controle efetivo da central pela corrente “Articulação Sindical” – culminamos no ano de 1991, com a realização do IV CONCUT, como o momento decisivo de reorientação oficial das práticas rumo ao chamado sindicalismo *cidadão, propositivo* ou *ocupacionista*¹⁸. Se o tipo de sindicalismo desenvolvido pela CUT até fins de 1980 colocava-a muito próxima da conformação como complexo particular catalisador da consciência de classe das massas, inserido numa totalidade de complexos, cenário onde se decidiam os limites e possibilidades das classes de influenciar os rumos da sociedade brasileira, a partir de 1991, entendemos que as práticas (e, é claro, a própria orientação teórica que a central passa gradativamente a encampar) caminham para a desefetivação do fenômeno sindical cutista, iniciando um processo gradual e contínuo de retrocesso da consciência de classe, que culminará numa postura neocorporativista.

Os ensaios de efetivação do sindicalismo brasileiro enquanto mediação particular têm seu marco inicial decisivo nos idos de maio de 1978 – período de irrompimento das grandes greves de massa no Brasil. Tais

17 Quanto ao “novo sindicalismo”, ficaremos com a definição oferecida por Coimbra: “Mas quais as características expressas pelo movimento sindical que se denominava *novo sindicalismo*? O que trazia o *novo*? Uma prática política de trabalhadores via entidade de classe que se reivindicava diversa daquela característica do sindicalismo oficial, reformista ou ‘pelego’. Um sindicalismo que procurava romper com práticas estabelecidas pelo passado, forjadas pelo sindicalismo de “colaboração de classes”, da herança varguista, e afastado de outras possibilidades, no período ditatorial. Trazia a negativa à um sindicalismo populista que, distanciado dos trabalhadores e do chão de fábrica, era corporativista e assistencialista por essência. Em seu lugar, um sindicato reivindicativo, que mesmo voltado para os interesses da categoria que representava, tinha como norte a classe. *Novo*, porque próximo da ação direta, do confronto aberto com o patronato e o Estado. *Novo*, pois queria ser conhecido como interlocutor político legítimo pelos patrões e Estado, mas, ao mesmo tempo, referência política para os trabalhadores.” (COIMBRA, 2006, p. 150).

18 Quanto à variedade de definições, o sindicalismo cidadão, propositivo ou ocupacionista trata da incorporação do ideário de cidadania e participação, tal e qual emoldurado na ordem burguesa, acompanhado de todo o aparato legal-institucional de participação, com valorização do diálogo via canais abertos pelo Estado, considerações de alteridade no âmbito da sociedade civil, etc. Para um estudo acurado do tema, cf. Coimbra, op. cit.

movimentos traziam como característica basilar o enfrentamento à política econômica do arrocho que, àquela altura, fazia sentir fortemente seus efeitos sobre a massa dos trabalhadores.

A peculiaridade do momento reside exatamente na politização alcançada por reivindicações, à primeira vista, de cunho meramente econômico. É sobremaneira conhecida a afirmação de Lula de que “A causa mais imediata da greve foi que o estômago do trabalhador estava colando.” (*apud* CHASIN, 2000b, p. 82). Há, porém, neste aspecto, um encadeamento que esclarece a inescapável dimensão política tomada pelo movimento: “na raiz da fome – o arrocho, na raiz da greve – a fome¹⁹” (*ibid.*, p. 83).

A autocracia burguesa assentava-se sobre uma política econômica de clara subordinação à dinâmica do imperialismo mundial. A subordinação ao capital estrangeiro orientava-se em duas direções. Por um lado, a intensificação na produção de bens de consumo duráveis exigia a viabilização de mercado interno para absorção desta produção – a estruturação de um setor privilegiado e restrito, apoiado nas altas camadas médias, que também servia de sustentáculo social ao regime. À insuficiência óbvia desta demanda é conjuntada toda uma forte política de incentivo às exportações.

Se tomarmos em conta a insuficiência congênita da acumulação do capital no Brasil, teremos que a dinamização de setores industriais de maior porte, dentro de um quadro sócio-histórico global de rearticulação internacional do imperialismo, não tem como escapar à convergência de capitais internacionais para seu funcionamento, através de investimento externo direto²⁰. Por outro lado, tornar competitivo o processo de exportação em países subdesenvolvidos, significou, desde sempre, estabelecimento de *superexploração do trabalho* não apenas como forma interna de dinamizar a produção industrial, mas, sobretudo, como estratégia dos capitais

19 E aqui, talvez, esteja um claro exemplo dos processos que vimos analisando: a conexão entre “o estômago colado” do trabalhador singular e as linhas totalizantes da política do arrocho da autocracia burguesa.

20 Sobre o investimento externo direto (IED), considerado sob as condições contemporâneas de mundialização do capital, fundamental é a explicação de Chesnais (1996, p. 45 e ss). Nossas concepções sobre a recomposição da organização internacional do trabalho, do papel do IED e da financeirização no processo de mundialização do capital – e, por conseguinte, no aprofundamento de problemas estruturais dos países periféricos, como o agravamento da superexploração do trabalho e da questão social – são sobremaneira devedoras das construções do economista marxista francês.

monopólicos imperialistas para equacionar suas taxas de lucro, tendo em consideração os modelos econômicos implementados nos países de origem desses capitais²¹. A política do arrocho, portanto, preservando a existência de “mão de obra barata”, cumpre papel medular na arquitetura do modelo de desenvolvimento econômico estruturado pelo regime.

O modelo torna-se “autofágico” (ibid., p. 85) na exata medida em que, concentrado na ampliação da produção de bens de consumo duráveis, passa a requerer cada vez mais a importação de bens de capital e insumos básicos, invertendo suas expectativas de uma balança comercial favorável. Com o déficit no balanço de pagamentos, o estado brasileiro passa a depender cada vez mais de endividamento para fechar suas contas. As amortizações e serviços da dívida levam a um crescente comprometimento do orçamento e, paralelamente, a contratação de novas dívidas, na retroalimentação do círculo vicioso.

Estão postos os componentes da convulsão social: por um lado, a crise do “milagre”, levada a cabo por suas próprias engrenagens, instaura uma crise entre franjas do capital, abalando a confiança na capacidade gerencial do regime; por outro, a “força unificadora da fome”, que coloca em solidariedade vários setores do trabalho. “A primeira, portanto, é centrífuga, tendendo ao fracionamento, enquanto a segunda é centrípeta, induzindo à aglutinação unificadora.” (ibid., p. 92)

As práticas grevistas põem em xeque não somente a política do arrocho, medula da política econômica do governo: elas também derrubam na prática a proibição de greves (Lei 4.330, de 1º de julho de 1964), como abrem uma fissura na própria estrutura sindical²². Para Boito Jr., as gre-

21 Parece claro que a implementação de uma política keynesiana nos países avançados, de conexão produção-consumo, implica inescapavelmente o atendimento, pelo Estado, da demanda dos trabalhadores por determinados serviços (*Welfare State*) e o aumento da demanda monetária efetiva, por parte desses mesmos trabalhadores, como forma de “liberar salários” para absorção da produção industrial.

22 “A estrutura sindical é o sistema de relações que assegura a *subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado* – do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo. O elemento essencial da estrutura sindical brasileira é a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado.” (BOITO JR., 1991b, p. 50-1 – itálicos do original). “Essa estrutura compreende um conjunto de relações – parte delas consagrada em lei – que envolvem burocratas do Estado, sindicalistas e trabalhadores, relações essas que se materializam em aparelhos, dotados de recursos humanos e mate-

ves mais importantes organizadas na década de 1980, “são, todas, formas de ação que destoam do padrão sindical tipicamente populista, uma vez que exigem muita organização, disciplina e autoconfiança dos operários.” (BOITO JR., 1991b, p. 63).

As greves que se iniciam em 1978 (e se alastram pela década de 1980) representaram um verdadeiro “fogo cerrado” contra o arrocho *através da auto-organização autônoma dos trabalhadores*. E, embora tenham se iniciado por motivações eminentemente econômicas, terminaram por atacar o coração da base de sustentação do regime, abrindo caminho para a construção da democracia no Brasil. E é exatamente o que presenciamos quando acompanhamos todo interregno de 1983 a 1988: uma luta não apenas pela derrocada do regime autocrático, mas pela instauração de uma *democracia substantiva*, uma democracia sob o efetivo controle dos trabalhadores:

(...) o movimento democrático das massas trabalhadoras traz consigo uma dimensão decisiva, historicamente *nova*: atua diretamente sobre a organização material de toda a estrutura social. Sua reemergência não é apenas, conseqüentemente, uma pura ampliação numérica das hostes alinhadas na oposição, mas eleva e muda acen-tuadamente a qualidade desta, na luta contra o estado de exceção e pela construção da democracia. Queira ou não queira, saiba ou não saiba, o movimento de massa dos trabalhadores põe em xeque toda a razão de ser da ditadura, abala a possibilidade de existência desta e aponta imperativamente para a necessidade de um programa econômico alternativo. (CHASIN, 2000b, p. 98 – itálico do original)

A seguirmos as análises de Chasin sobre a *via colonial*²³, bem como sua

riais, como os sindicatos oficiais, as Federações e Confederações sindicais e a Justiça do Trabalho. É o conjunto desses aparelhos que denominamos sindicato de Estado.” (id., 1991a, p. 25)

23 Podemos enumerar, portanto as características da formação do capitalismo brasileiro, denominada por Chasin (2000b) *via prussiano-colonial*, ou simplesmente, *via colonial*: estrutura agrária com grandes latifúndios, de origem colonial, cuja produção está voltada para o exterior; modificações realizadas “pelo alto”, sem participação do povo e excluindo-se rupturas; desenvolvimento lento das forças produtivas e industrialização ultrarretardatória. Os dois últimos processos: as modificações “pelo alto” que preservam linhas de continuidade e a industrialização ultrarretardatória refletem-se no inacabamento das classes e explicam as debilidades da burguesia brasileira: 1) em realizar suas históricas tarefas políticas (pois sequer precisou abraçar a defesa de aspirações humanistas, românticas e utopistas de igualdade e justiça, a exemplo do ocorrido em países de via clássica, ainda que para abandoná-los depois.), 2) em constituir-se como

colocação decisiva em relação ao caráter *novo* e positivo das greves iniciais de 1978/79, torna-se clara, pelo levante das massas naquele preciso momento histórico, a possibilidade de construção real e efetiva da democracia no Brasil:

(...) no Brasil, a democracia é o *vir a ser*, o historicamente *novo*, tendo, pois, de ser conquistada e construída, e não simplesmente reconquistada, dado que, num sentido legítimo e incompleto, nunca a tivemos em nosso país. Basta pensar, sem com isso de nenhum modo desprezá-lo, que durante o único período, em toda nossa história, em que mais próximo estivemos de uma existência democrática – 1945 a 1964 –, esta teve uma vigência eivada de limites palpáveis, (...) foi, várias vezes, duramente combatida e atacada, não conseguindo, por fim, prevalecer. (ibid., p. 103 – itálicos do original)

E acrescenta linhas abaixo, de forma inequívoca:

Em suma, compete aqui reconhecer (...) que só da perspectiva do trabalho se põe, em nossos dias, o historicamente *novo* no Brasil. Que é apenas da perspectiva das massas trabalhadoras que é possível ser posta uma propositura que se assuma com abrangência para a universalidade brasileira, deixando de fora tão somente aquelas

uma classe defensora dos interesses nacionais (implicando subordinação aos interesses imperialistas) e, finalmente, 3) a insuficiência de forças para promover suas próprias revoluções econômicas – dependendo sempre umbilicalmente do Estado. Portanto, sob todos os aspectos, a burguesia brasileira é estruturalmente dependente – ela jamais buscou, por meio do processo revolucionário de massas, sua emancipação econômica e política: ela sempre fez acordos, recebendo, em troca de sua subordinação aos interesses imperialistas, o apoio para manter sua dominação autoritária. E é exatamente por isso que o capitalismo brasileiro é marcado historicamente pela presença de dois elementos: os milagres econômicos e as ditaduras. Nos países de via clássica, foi exatamente a necessidade de ter de levar a cabo a revolução que impôs à burguesia a aliança com os demais setores do terceiro estado, dentre eles o campesinato. Assim, as revoluções burguesas clássicas, com ampla participação popular, tiveram de encampar algumas propostas de cunho geral e democrático, mesmo que parcialmente. No Brasil, não houve necessidade destes constrangimentos e a população permaneceu alijada das transformações sociais significativas. A sequência de rearranjos pelo alto, com conciliação de interesses e preservação de formas pré-industriais, marcou o perfil autoritário e antidemocrático da burguesia nacional, fundiu valores dos “novos” e “velhos” setores dominantes, levando, *mutatis mutandis*, a cultura da administração do latifúndio colonial à administração urbano-industrial. Cf., em especial, o ensaio “A via colonial de entificação do capitalismo” (CHASIN, 2000b, p. 37-58).

minorias que consubstanciam precisamente o *velho*, que limita e nega o advento da democracia. (ibid., p. 103 – itálicos do original)

A análise, que data de 1980, é passível de ampliação, permitindo afirmar que o movimento que ali se instaura, torna-se, com a Nova República, ator efetivo no cenário sociopolítico nacional, criando obstáculos às pretensões antidemocráticas do governo Sarney e, polarizando o debate nacional, influencia, ainda que não em plenitude, o próprio processo Constituinte de 1986/87

A CUT, fundada em 1983 e expoente máximo do novo sindicalismo, não somente herda as aspirações do movimento iniciado em 1978, como se torna, ao longo da década de 1980, a protagonista principal de resistência e enfrentamento contra a Nova República. Torna-se a portadora daquela dimensão “historicamente *nova*” a que Chasin faz referência.

Nas atitudes da central encontramos exatamente o pôr consciente enquanto decisivo fator subjetivo de ação sobre causalidades sociais, ainda que se configurasse *uma consciência em processo*. O movimento das classes no Brasil, em luta para imprimir o direcionamento e a significação dos processos abertos na década de 1980, rebatia diretamente nos embates e construções internas da central²⁴, garantindo um rápido avanço na estruturação da consciência de classe.

A CUT coloca-se então como uma *ruptura*²⁵. Uma ruptura *construída pela classe trabalhadora e só por ela*. A CUT recusa qualquer tipo de conciliação de classes e rejeita alianças com setores burgueses, pois acredita em sua própria potencialidade. Marca este período inicial (1983) uma compreensão clara: “*Nossas conquistas terão que ser obtidas à força*” (CUT, 2003a, p. 3). Assim encontramos nas Resoluções do I CONCURT (1984):

24 É o que se torna claramente perceptível na análise das Resoluções dos CONCURTs. Dedicamo-nos a este exercício em Arbia (op. cit., p. 107 e ss).

25 “A CUT foi construída pela classe trabalhadora, e só por ela, e sempre enfrentou uma feroz e intensa repressão por parte das classes dominantes. A CUT representa uma ruptura com o populismo sindical que manobrava as massas através de promessas assistencialistas e demagógicas para dar sustentação política ao governo. É uma ruptura com o reformismo que limita as reivindicações e conquistas aos limites permitidos pelo governo e pelos patrões. É uma ruptura com o peleguismo que vive à custa do imposto sindical, sob o manto do governo, e que dá as costas para a classe trabalhadora. Enfim, a CUT rompe com todas as formas de conciliação de classes que estiveram presentes nos momentos mais importantes da história brasileira deste século”. (CUT, 2003b, p. 24)

A CUT continuará o seu esforço de construir a classe trabalhadora como um sujeito político autônomo, tendo como único compromisso sua perspectiva classista, onde a luta pelos objetivos, imediatos e históricos dos trabalhadores exige autonomia e não admite a subordinação dos interesses da classe trabalhadora a qualquer um dos projetos da classe dominante. (CUT, 2003a, p. 18)

Duas características elementares definem o “sindicalismo classista” da CUT: *atrair a maior participação possível de trabalhadores e organizá-los em oposição à classe burguesa* (id., 2003b, p. 27).

Ao observarmos contemporaneamente tais construções, podemos nos perguntar como a protoforma de uma mediação negativa, que inicia com nitidez seu percurso assertivo no intrincado caminho da consciência de classe, viria a converter-se numa mediação que procura retificar as arestas abertas pelo processo sociometabólico do capital em geral e da “miséria brasileira” em particular.

Há muitos caminhos explicativos para esta questão e um deles parece bastante pertinente enquanto veio explicativo: em fins da década de 1980, com a promulgação da Carta de 1988 e as eleições de 1989, esgota-se um período caracterizado, fundamentalmente, pelo estrangulamento *econômico e político-institucional* dos trabalhadores. Irrompida a década de 1990, novas linhas de força se somam à dinâmica do capitalismo brasileiro, como a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, com a consolidação de uma política de desmonte de direitos e de desemprego massivo que afetará diretamente as bases do “novo sindicalismo”, e com a materialização da democracia institucional (fundamentalmente pela forma). Com o crepúsculo dos anos 1980, esgota-se a fecundidade típica do solo que fez brotar e germinar o “novo sindicalismo” no Brasil. Daí, o que presenciamos é o seu definhar agonizante, que atravessará toda a década de 1990 e culminará na sua plena exaustão no início deste século.

Os êxitos (e fracassos) da CUT em efetivar-se como uma mediação particular entre os anos de 1983 a 1988 (e porque esta forma encontrou seu esgotamento) devem ser explicados a partir da consideração dos processos de entificação do capitalismo brasileiro – o que pressupõe medularmente sua inserção subordinada na teia de relações do capital global. Nas determinações sócio-históricas objetivas estão as chaves para compreendermos as particularidades da formação da classe trabalhadora brasileira. Os vie-

ses colonialistas, a perpetuação de mediações e tendências, refuncionalizadas e integradas à dinâmica capitalista madura no Brasil, as peculiaridades do sindicalismo que emerge no ABC paulista, tendo em conta o tipo de industrialização e a concentração operária massiva, a dinâmica sociopolítica da sociedade brasileira, a pressão social pela abertura democrática e o esgotamento da autocracia burguesa, alavancado pela crise estrutural global do capital, bem como os próprios processos de constituição e desenvolvimento internos da central, a evolução de suas relações com outros grupos e movimentos, a qualidade dos atores envolvidos, a ausência de uma relação efetivamente orgânica com um partido revolucionário... Todos esses fatores devem ser considerados na compreensão das potencialidades realizadas e abortadas pela CUT, bem como dos limites que foram (ou não) transpostos.

Referências Bibliográficas

ARBIA, A. Contornos de uma práxis sindical: curvatura teórica e ideológica nas concepções e práticas da Central Única dos Trabalhadores. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. 2010. Dissertação de Mestrado.

ARON, R. O Marxismo de Marx. 3. ed. São Paulo: Arx, 2008.

BOITO JR. A. O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: UNESP, 1991a.

_____. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical. In: BOITO JR., Armando (Org.). *Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b.

BRAZ, M. Partido e Revolução (1848-1989). São Paulo: Expressão Popular. 2011.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT (1984). Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: ago. de 2003a.

_____. Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT (1988). Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: ago. de 2003b.

CHASIN, J. Estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Ensaio Ad Hominem/Estudos e Edições Ad Hominem. N. 1, Tomo III – Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000a.

_____. A miséria brasileira. 1964-1994: do golpe militar à crise social. São Paulo: Ad Hominem, 2000b.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COIMBRA, A L. Sindicalismo e cidadania: análise da concepção e prática sindical da CUT na década de 1990. Tese de Doutorado em Serviço Social. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

IASI, M. As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão popular, 2006.

INWOOD, M. Dicionário Hegel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LÊNIN, V. I. Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Sobre as greves. In AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann. 2008.

LUKÁCS, G. Ontología del ser social: El trabajo. Organização de Antonino Infranca e Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2004a.

_____. Los fundamentos ontológicos del pensamiento y de la acción humanos. In: *Ontología del ser social: El trabajo*. Organização de Antonino Infranca e Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2004b.

_____. História e Consciência de Classe: estudos da dialética marxista. 2. ed. Porto/Rio de Janeiro: Escorpião/Elfos, 1989.

_____. Sobre a Particularidade como Categoria Estética. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. Estética I: La peculiaridad de lo estético. Barcelona/México: Grijalbo, 1967. V. 3 (Categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético).

MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Coleção Os Pensadores. V. 2.

MÉSZÁROS, I. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. Ensaio de negação

e afirmação. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana. In NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C.. *Cotidiano: Conhecimento e crítica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

TROTSKY, L. Comunismo e sindicalismo. In AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008.

VÁZQUEZ, A. S. Filosofia da Práxis. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

* Alexandre Aranha Arbia é Professor Assistente-A do Curso de Serviço Social da UFOP, doutorando em Serviço Social pela UFRJ, mestre e graduado em Serviço Social pela UFJF.
<aarbia@gmail.com>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Luis Eduardo Acosta Acosta (ESS-UFRJ)

Rogério Lustosa Bastos (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
praiavermelha.ess.ufrj.br

Foto de Capa: Manfred Brückels